



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

06/09/2012



INDICE

| | |
|-------------------------------|---------|
| 1. JORNAL A TARDE | |
| 1.1. AÇÕES TJMA..... | 1 - 2 |
| 2. JORNAL ATOS E FATOS | |
| 2.1. SEM ASSUNTO..... | 3 - 4 |
| 3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS | |
| 3.1. AÇÕES TJMA..... | 5 - 6 |
| 3.2. VARAS DE FAMÍLIA..... | 7 |
| 4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 4.1. EVENTOS..... | 8 - 11 |
| 4.2. PUBLICIDADE LEGAL..... | 12 - 14 |
| 4.3. SEM ASSUNTO..... | 15 - 16 |
| 5. JORNAL O DEBATE | |
| 5.1. AÇÕES TJMA..... | 17 |
| 5.2. SEGURANÇA..... | 18 - 19 |
| 6. JORNAL O QUARTO PODER | |
| 6.1. AÇÕES TJMA..... | 20 - 21 |
| 6.2. SEM ASSUNTO..... | 22 - 23 |
| 7. JORNAL PEQUENO | |
| 7.1. AÇÕES TJMA..... | 24 - 25 |
| 7.2. DESEMBARGADORES..... | 26 - 27 |
| 7.3. PUBLICIDADE LEGAL..... | 28 - 29 |
| 7.4. VARAS DE FAMÍLIA..... | 30 |

JUSTIÇA

Pág. 2

TJMA reestrutura setor de pagamento de precatórios

O Poder Judiciário do Maranhão vai implantar um setor específico para efetuar a tramitação de requisições de pagamento de dívidas judiciais contra o Estado e municípios.

TJMA reestrutura setor de pagamento de precatórios

O Poder Judiciário do Maranhão vai implantar um setor específico para efetuar a tramitação de requisições de pagamento de dívidas judiciais contra o Estado e municípios. Por determinação do presidente do Tribunal de Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, a Coordenadoria de Precatórios será instalada no prédio da Corte, seguindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O setor receberá as requisições de pagamento de precatórios de pequeno valor enviadas pelos juízes das varas da fazenda pública, autuará e formará o processo, se responsabilizando também pelos atos administrativos necessários. A demanda desses processos é atendida atualmente pela Assessoria Jurídica da Presidência do TJMA.

A medida faz parte da nova política de gestão de precatórios do Judiciário nacional, que está reestruturando e profissionalizando o setor, com vistas à uniformização de procedimentos, em parceria com os Tribunais de Justiça.

O juiz José Nilo Ribeiro foi designado pela presidente Guerreiro Júnior para coordenar a condução dos processos de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV). "Estamos à procu-

ra de uma sala adequada para instalar os trabalhos da coordenadoria, que deverá funcionar como uma secretaria judicial, recebendo os precatórios e atendendo as partes", informa o juiz.

CARGOS - O pleno do Tribunal já aprovou, em sessão administrativa extraordinária, anteprojeto de lei complementar que cria os cargos no quadro de pessoal destinados à Coordenadoria de Precatórios. O anteprojeto será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação naquele parlamento.

Serão criados seis cargos - um comissionado (coordenador) e cinco funções gratificadas - reservados para servidores efetivos do Tribunal, conforme a Recomendação nº 39/2012 do CNJ.

LEVANTAMENTO - Nilo Ribeiro informou ainda que o Tribunal vai realizar, em breve, um levantamento geral da situação dos processos de precatórios pendentes de pagamento pelos municípios, para fins de quitação das dívidas. Os processos estão cadastrados no sistema de acompanhamento processual da Justiça de 2º grau do TJ (Themis SG), mas falta ainda o levantamento sobre o pagamento de cada um deles.

"Não é necessário

procurar intermediários para facilitar o recebimento dos valores, pois a lista de pagamento obedece à ordem cronológica de entrada da requisição no Tribunal de Justiça e também atende às prioridades previstas em lei. Essa ordem não pode ser alterada", alerta o juiz.

Em abril deste ano, por orientação do presidente Guerreiro Júnior, o Tribunal convocou as partes vencedoras em processos de precatórios e RPVs de 2011, pendentes de pagamento pelo Estado e pelo município de São Luís. A lista dos credores foi publicada no portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), onde se encontra à disposição dos interessados.

A Corregedoria Nacional da Justiça do CNJ - que conduz o trabalho de racionalização da sistemática de formação, acompanhamento e pagamento de precatórios - publicou a Resolução Nº 115/2010, para orientar as cortes estaduais na organização interna do setor, de modo a tornar o trabalho mais eficiente, regular e produtivo.

Projetos de interesse do MPMA são sancionados pela governadora

PÁGINA 4

Projetos de interesse do MPMA são sancionados pela governadora Roseana Sarney

A governadora do Maranhão, Roseana Sarney, sancionou, na última terça-feira, 4 de setembro, os projetos de lei nº 166 e 167/2012 e os projetos de lei complementar nº 004 e 005/2012, que fazem alterações no Plano de Cargos e Salários dos Servidores e criam novos cargos para atender as Promotorias de Justiça de entrâncias inicial e intermediária.

Outro projeto sancionado é o que trata do pagamento de 10% do subsídio ao promotor de justiça no exercício do cargo de diretor de promotorias da capital e de entrância intermediária. Tam-

bém foi sancionada pela chefe do executivo estadual a criação de mais três cargos de promotor-corregedor para atuar na Corregedoria Geral do MPMA.

Foram sancionados, também, o projeto que fixa em 20% a gratificação para a direção da Escola Superior do Ministério Público e em 10% para os promotores de Justiça que atuam como assessores do órgão; e o que cria três cargos comissionados de assessoramento da Ouvidoria do Ministério Público, além de fixar em 20% a gratificação para o cargo de Ouvidor do Ministério Público.

CIDADE

PRESIDENTE DO TJ-MA PROMETE MELHORIAS COM CRIAÇÃO DE SEIS VARAS EM SÃO LUÍS

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, anunciou que o Judiciário estadual instalará, até o final deste ano, mais seis varas na comarca de São Luís. **PAG. 06**

Presidente do TJ-MA promete melhorias com criação de seis varas em São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Artonio Guerreiro Júnior, anunciou que o Judiciário estadual instalará, até o final deste ano, mais seis varas na comarca de São Luís. "O objetivo é melhorar os serviços judiciários, colocar a sociedade mais perto da Justiça e oferecer aos juízes estrutura adequada para o desempenho de funções", disse o presidente.

O comunicado foi feito aos demais desembargadores da Corte na sessão plenária administrativa de quarta-fei-

ra (5), mesmo dia em que o Diário de Justiça publicou portaria autorizando a expedição de editais para inscrição de juizes para outras oito varas e um juizado na capital. Das nove unidades constantes do documento, uma já existe e oito serão implantadas, totalizando, junto com as seis anunciadas, 14 novas unidades.

Guerreiro Júnior disse que o entendimento foi feito em comum acordo com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, depois de avaliarem a disponibilidade financeira no orçamen-

to do Judiciário para a instalação de mais seis varas na capital ainda em 2012.

A intenção de implantar as novas unidades judiciais havia sido anunciada pelo presidente do TJMA no dia 30 de julho, durante visita às novas instalações do Fórum Desembargador Sarney Costa.

Por meio da portaria nº 951/2012, publicada no Diário de Justiça do Estado desta quarta-feira, o presidente do TJMA determinou a expedição de editais de inscrição para remoção de magistrados que irão preencher vagas em nove

unidades. De todas, apenas a 4ª Vara do Tribunal do Júri já foi instalada e está vaga em decorrência do acesso do juiz Raimundo Barros ao cargo de desembargador, no qual já tomou posse.

As outras oito unidades da capital e seus respectivos cargos haviam sido criados pelas leis complementares nº. 87/2005 e nº. 104/2006. São elas a 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª varas cíveis da capital, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e o 14º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís.

POVOADO BURITI CORRENTE

Trabalhadores rurais paralisam a BR 316

Desde 8 horas da manhã de ontem quarta-feira (05), cerca de 300 moradores do Povoado Buriti Corrente, que fica localizado entre as cidades de Codó e Caxias - MA, paralisam a BR 316 em protesto a ação de despejo de 77 famílias que moram no povoado.

A via está totalmente obstruída! De acordo com lideranças comunitárias, um batalhão da Polícia Militar que está no local, está sendo bastante truculento com as famílias. Já houve diversas ameaças para coagir os trabalhadores e trabalhadoras rurais que reivindicam a suspensão do despejo e o ingresso, pelo INCRA, da Ação de Desapropriação contra a empresa Costa Pinto Industrial, Pecuária e Agrícola S/A. "O prazo para o ajuizamento da ação finda em 22 de setembro de 2012, por isso a Fetaema acompanha a mobilização dos trabalhadores(as)", reforça a secretária de Política Agrária da Fetaema, Maria Lúcia, que está no local.

Ontem (04) a secretária de Política Agrária da Fetaema, Maria Lúcia, o bispo de Co-roatá, Dom Sebastião Bandeira e a coordenadora estadual da CPT Antonia Calixto, em reunião, declararam apoio às famílias camponesas. "O despejo contra as famílias de Buriti Corrente é um atentado aos direitos humanos", destaca a

secretária de Política Agrária da Fetaema, Maria Lúcia.

Próxima reunião!

Os representantes da Fetaema, CPT e o bispo de Co-roatá, serão recebidos na próxima segunda-feira(10), pelo Corregedor Geral de Justiça, desembargador Cleones, para tratar da situação das famílias. Vale lembrar que o fato já foi notificado para a Ouvidoria Agrária Nacional e Anistia Internacional.

Histórico - Em janeiro de 2012, a Empresa Costa Pinto Industrial, Pecuária e Agrícola S/A ingressou com Ação de Reintegração de Posse contra famílias moradoras do povoado Buriti Corrente, sem comprovar a posse na área. Em suas razões, a empresa alega está desenvolvendo na área, um grandioso projeto de plantio de cana de açúcar e produção de biodiesel, numa localidade que é ocupada há décadas pelas famílias, sem que haja qualquer empreendimento da empresa.

De maneira parcial, sem ouvir as famílias e contrariando o provimento nº. 29 do Tribunal de Justiça do Maranhão, que estabelece, em processos de reintegração de posse, que o magistrado deve comunicar o Ministério Público Estadual, Ouvidoria Agrária Nacional, INCRA e ITERMA, antes de tomar qualquer decisão, o

juiz Sidarta Gautama (investigado pela Corregedoria Geral de Justiça em esquema de agiotagem no Maranhão), concedeu a liminar, mandando despejar todas as 77 famílias do local.

As famílias moradoras da área ingressaram com Agravo de Instrumento, por meio das assessorias jurídicas da FETAEMA, contudo, em decisão publicada no Diário de Justiça do Maranhão em 31 de agosto de 2012, a desembargadora Raimunda Santos Bezerra, relatora do agravo de instrumento (nº 0111052012) manteve decisão do juiz Sidarta Gautama, ordenando o despejo das famílias.

Apesar da área está sendo alvo de desapropriação pelo INCRA, a desembargadora não atendeu aos apelos das 77 famílias moradoras da localidade. O clima é de tensão e medo, visto que em 26 de novembro de 2009, as famílias desta localidade foram violentamente despejadas, após ação de reintegração de posse movida pela Empresa Costa Pinto.



De Jesus



Personalidades exibem a Medalha Comemorativa do 4º Centenário de São Luís, entregue ontem pela Assembleia Legislativa em sessão solene

Assembleia entrega medalha do quarto centenário de SL

Quatrocentas personalidades foram condecoradas por terem contribuído com o desenvolvimento da capital, entre elas o presidente do Senado, José Sarney, e a governadora Roseana Sarney. **Geral 12**

Assembleia entrega Medalha do 4º Centenário de São Luís

Honraria foi entregue, em sessão solene, a 400 personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da capital maranhense, entre elas o presidente do Senado, José Sarney, e a governadora do Maranhão, Roseana Sarney

Jock Dean
Da equipe de **O Estado**

A Assembleia Legislativa do Maranhão realizou ontem a entrega da Medalha Comemorativa do 4º Centenário de São Luís. Foram homenageadas 400 personalidades que contribuíram para o desenvolvimento da cidade como autoridades, esportistas, médicos, músicos, escritores, políticos e empresários locais. A honraria integra as ações pelos 400 anos de São Luís desenvolvidas pela Casa, que este ano comemora 177 anos de fundação.

A sessão solene de entrega das medalhas aconteceu no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, no Cohafuma. De acordo com o deputado estadual Arnaldo Melo, presidente da Assembleia Legislativa, a comemoração dos 400 anos de São Luís foi a oportunidade que a Mesa Diretora da Casa encontrou para homenagear personalidades que têm ligação com a capital maranhense, independentemente de terem nascido na cidade ou não. "Cada pessoa aqui homenageada simboliza um dos 400 anos de fundação de São Luís, e sua escolha se deu pelo fato de elas terem alguma ligação com o desenvolvimento da cidade", afirmou.

A lista de homenageados, definida pela resolução administrativa nº 508/2012, foi composta por políticos, gestores públicos, empresários, profissionais liberais, intelectuais, artistas dos mais variados setores, entre diversas outras pessoas que foram indicadas pelos 42 deputados estaduais, que também receberam a comenda. "Essa é uma lista desapaixonada e bem heterogênea, feita para contemplar a história da cidade e quem contribuiu para ela", ressaltou Ivan Sarney, diretor institucional da Casa Legislativa.

A solenidade de entrega das medalhas ocorreu de forma breve. Abrindo os trabalhos, o Hino do Maranhão foi executado de forma solene. Em seguida, o deputado Arnaldo Melo entregou pessoalmente a condecoração a 12 personalidades que compuseram a mesa de honra e foram escolhidas para representar simbolicamente todos os 400 contemplados. Os demais homenageados, sentados em seus lugares, receberam a honraria de 32 assistentes.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, discursou em nome de todos os 400 representantes. Ele agradeceu a homenagem e lembrou que muitos outros habitantes de São Luís também são dignos da distinção. "É um privilégio e uma responsabilidade estar aqui representando

do cada um dos homenageados e, principalmente, representando cada um dos habitantes desta cidade que contribuem ou contribuíram para que chegássemos a esta noite", declarou. Segundo Lobão, São Luís é a síntese do Maranhão. Por isso, celebrar os 400 anos da cidade é festejar a história de conquistas e glórias de todos os maranhenses.

Alegria - A governadora do estado, Roseana Sarney, discursou em seguida e afirmou que a noite de ontem representou um momento histórico e de muita alegria para todos os presentes. "Todos os que estão aqui se empenharam em nome do desenvolvimento da cidade e, às vésperas de comemorarmos os 400 anos de São Luís, recebemos, com muito orgulho e respeito, esta medalha com a certeza de que estamos aqui representando, de forma genuína, todo o povo maranhense", disse.

O presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo, ressaltou que a noite de ontem foi uma forma de resumir os 400 anos da cidade, consagrando o marco oficial da fundação de São Luís, 8 de setembro de 1612, e de lembrar a importância da Casa para a capital. "O Poder Legislativo é um dos que diariamente lutam em prol de São Luís. Por isso não poderíamos nos furtar de comemorar o quarto centenário da cidade e integrar esta

programação ao aniversário dos 177 anos de fundação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão", afirmou.

O presidente do Senado, José Sarney, disse que a solenidade realizada ontem à noite é "um bater palmas pelo aniversário da cidade". "Temos aqui ludovicenses, maranhenses e tantas outras personalidades de todas as épocas que juntos contam um pedaço dessa história de 400 anos. Por isso foi uma grande ideia, da Assembleia, prestar esta homenagem, que na verdade é uma celebração ao povo do Maranhão, que começou a se formar na capital e depois se expandiu para o interior", observou.

Segundo a Resolução Legislativa nº 648/2012, que instituiu a entrega da condecoração e seus homenageados, a Medalha Comemorativa do 4º Centenário de São Luís foi concedida a pessoas físicas que, reconhecidamente, prestem ou tenham prestado relevantes serviços à cidade de São Luís, em qualquer campo de atuação profissional, social, cultural, artística, política, científica, educacional, independente de suas nacionalidades ou naturalidades.

Mais sobre 400 anos de São Luís em Cidades 1 e Alternativo

Apenas 400 medalhas foram cunhadas

A Medalha Comemorativa do 4º Centenário de São Luís é uma edição única, limitada a 400 exemplares e que não voltará a ser concedida a outro habitante da capital. Por isso, os homenageados receberão, ainda, um diploma para oficializar a participação neste momento, considerado histórico.

Apenas 400 medalhas foram cunhadas. Joaquim Haickel, que além de cineasta é secretário de Estado do Esporte e Lazer, acredita que os homenageados têm um motivo a mais para estarem gravados na história da cidade. "Algumas comendas são entregues em diversos momentos distintos, mas esta é única, exclusiva para o quarto centenário da cidade. Eu não sei se sou tão digno desta honraria, mas a recebo também em no-

me do meu pai, Nagib Haickel, um homem que tem seu legado gravado na história de São Luís", afirmou.

Para Ceres Costa Fernandes, ensaísta, intelectual e professora universitária, a Medalha Comemorativa do 4º Centenário de São Luís tem sua representatividade ampliada por reunir nomes de todas as classes sociais. "Esta condecoração olhou para a cidade de forma igualitária, sem motivação política e isso, neste momento em que comemoramos os 400 anos de São Luís, merece ainda mais destaque", comentou.

Reconhecimento - A cantora Alcione lembrou que a homenagem é o reconhecimento de anos de trabalhos prestados pela cidade por todos os nomes escolhidos e que, por isso,

ela se sente muito feliz pelo recebimento da medalha. "É um privilégio para nós vivenciarmos este momento, que é um marco na história da cidade", disse.

Arnaldo Melo afirmou que a vida pode ser atemporal para aqueles que creem e que a entrega das medalhas é uma forma de todos os cidadãos conhecerem algumas das personalidades que ajudaram a construir a história da cidade. "Uma cidade é uma construção coletiva. Cada um de seus habitantes a percebe de uma forma e isso estrutura a alma da cidade, que é refletida em cada um de nós. Mas algumas pessoas precisam ser reverenciadas para representar toda a extensão urbana da cidade. Foi o que fizemos hoje [ontem]", declarou.

Em memória

Alguns nomes foram homenageados em memória. Foi o caso do jornalista Décio Sá, morto em abril deste ano, que por 14 anos integrou a equipe de reportagem de **O Estado**. Na solenidade, ele foi representado pelo seu irmão Tércio Sá. "Décio foi um dos jornalistas mais atuantes do estado, que em diversos momentos foi a voz da população de São Luís. Por isso, ficamos felizes com a lembrança do seu nome", disse. Conhecida como a Dama da Cultura Maranhense, Dona Teté também foi homenageada em memória, assim como o médico e político Antônio Jorge Dino; o poeta e jornalista Bandeira Tribuzi, entre outros.



Roseana Sarney destacou momento histórico



Haroldo Cavalcanti Júnior (ACM), Ilka Esdras (TRT), Isaias Pereirinha (presidente da Câmara Municipal), Nelma Sarney (TJ), ministro Edison Lobão (Minas e Energia), governadora Roseana Sarney, deputado Arnaldo Melo (presidente do Legislativo), senador José Sarney, ministro Gastão Vieira (Turismo), dom Belisário (arcebispo) e Anildes Cruz (TRE)



Arnaldo Melo entrega Medalha a José Sarney



Membros do Judiciário foram homenageados pelo Legislativo com a Medalha Comemorativa do 4º Centenário de São Luís



Personalidades, entre elas o presidente da Fiema, Edilson Baldez, o médico José Quadros e o artista plástico Airton Marinho



Lobão discursou em nome dos homenageados



Grupo de personalidades homenageadas, entre elas o vice-governador Washington Luiz e a cantora Alcione Nazaré



O advogado Pedro Ivo Corrêa representou o diretor de O Estado, Ribamar Corrêa, ao lado do compositor e ex-secretário Luís Bulcão



Arnaldo Melo: medalha é um reconhecimento


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luís - Ma

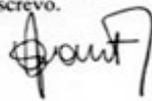
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO Nº. 11301-39.2010.8.10.0001 (109892010)
AÇÃO: Procedimento Ordinário
PARTE(S) REQUERENTE(S): LUIS AUGUSTO DE MORAES REGO LAGO
PARTE(S) REQUERIDA(S): POI SERVIÇOS GERAIS LTDA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Gervasio Protasio dos Santos Junior, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADO** a parte requerida, **POI SERVIÇOS GERAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado,, inscrita no CPF sob o nº. 12.097.150/0001-44, atualmente em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da presente ação, e, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação, sob pena de confesso e revelia, tudo nos termos da petição inicial, anexa por cópia e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transcrito: **DESPACHO: "Defiro o pedido retro e, por conseguinte, determino que seja procedida a citação por edital, com prazo de 30 dias, da requerida, devendo o requerente comprovar a sua publicação em jornal de circulação diária, bem como a Secretaria deve atentar para os requisitos do art. 232 do CPC.Cumpra-se."**. Caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos pelo(a) requerido(a) como verdadeiros todos os fatos articulados pela requerente, "ex-vi" do art. 285 e 319 do Código de Processo Civil. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será fixado no lugar de costume. E que seu prazo correrá da publicação assim que decorrerem os 15 (quinze) dias fixados, ficando assim perfeita e válida esta citação.O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Fica cientificado que esta Secretaria e Juízo funcionam na **Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau - 6º andar, Cep : 65076-820 - São Luís - Ma, FONE.: 98.3194-5483/e-mail.: secciv6_slz@tjma.jus.br**. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo em 21 de agosto de 2012. Eu, _____Secretária Judicial, o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Gervásio Protásio dos Santos Júnior
Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível 



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2012
Processo nº. 22.634/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO, FORMA ELETRÔNICA, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE (GRUPO), pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), para aquisição de material de expediente, no dia 21/09/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília),** através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 04 de setembro de 2012.

**André de Sousa Moreno
Pregoeiro TJ/MA**



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2012
Processo n.º 22388/2012**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do Pregão Eletrônico (SRP), **Tipo MENOR PREÇO TOTAL**, para **Aquisição de Cesto de Lixo**, para adequação do Termo de Referência.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia **06/09/2012**, às **10:00 horas (horário de Brasília)**, fica cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a conseqüente publicação do aviso.

São Luís, 04 de setembro de 2012.

THIEGO CHUNG DE FARIAS
Pregoeiro TJ/MA

TJ anuncia instalação de mais seis varas na Comarca de São Luís

Geral C5

TJ anuncia a instalação de mais seis varas em São Luís

Iniciativa do Tribunal de Justiça tem por finalidade melhorar os serviços jurídicos e oferecer aos juízes uma estrutura adequada para o desempenho de suas funções

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, anunciou que o Judiciário estadual instalará, até o fim deste ano, mais seis varas na Comarca de São Luís.

“O objetivo é melhorar os serviços judiciários, colocar a sociedade mais perto da Justiça e oferecer aos juízes estrutura adequada para o desempenho de suas funções”, disse o presidente.

O comunicado foi feito aos demais desembargadores da Corte na sessão plenária administrativa ontem, mesmo dia em que o Diário de Justiça publicou portaria autorizando a expedição de editais para inscrição de juízes para outras oito varas e um juizado na capital. Das nove unidades constantes do documento, uma já existe e oito serão implantadas, totalizando, junto com as seis anunciadas, 14 novas unidades.

Entendimento - Guerreiro Júnior disse que o entendimento

foi feito em comum acordo com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, depois de avaliarem a disponibilidade financeira no orçamento do Judiciário para a instalação de mais seis varas na capital ainda este ano.

Por meio da portaria nº 951/2012, publicada no Diário de Justiça do Estado ontem, o presidente do TJMA determinou a expedição de editais de inscrição para remoção de magistrados que irão preencher vagas em nove unidades. De todas, apenas a 4ª Vara do Tribunal do Júri já foi instalada e está vaga em decorrência do acesso do juiz Raimundo Barros ao cargo de desembargador, no qual já tomou posse.

As outras oito unidades da capital e seus respectivos cargos haviam sido criados pelas leis complementares nº. 87/2005 e nº. 104/2006. São elas a 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª varas cíveis da capital, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e o 14º Juizado Especial

Cível e das Relações de Consumo de São Luís.

Mais

A intenção de implantar as novas unidades judiciais havia sido anunciada pelo presidente do TJMA no dia 30 de julho deste ano, durante visita às novas instalações do Fórum Desembargador Sarney Costa.

Pagamento terá setor específico

O Poder Judiciário do Maranhão vai implantar um setor específico para efetuar a tramitação de requisições de pagamento de dívidas judiciais contra o Estado e municípios. Por determinação do presidente do Tribunal de Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, a Coordenadoria de Precatórios será instalada no prédio da Corte, seguindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O setor receberá as requisições de pagamento de precatórios de pequeno valor enviadas pelos juízes das varas da fazenda pública, atuará e formará o processo, se responsabilizando também pelos atos administrativos necessários. A medida faz parte da nova política de gestão de precatórios do Judiciário nacional, que está reestruturando e profissionalizando o setor, com vistas à uniformização de procedimentos, em parceria com os Tribunais de Justiça.



Divulgação

Guerreiro Júnior anunciou a criação de novas varas em São Luís

FINANCEIRO

TJMA reestrutura setor de pagamento de precatórios

O Poder Judiciário do Maranhão vai implantar um setor específico para efetuar a tramitação de requisições de pagamento de dívidas judiciais contra o Estado e municípios. Por determinação do presidente do Tribunal de Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, a Coordenadoria de Precatórios será instalada no prédio da Corte, seguindo recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O setor receberá as requisições de pagamento de precatórios de pequeno valor enviadas pelos juizes das varas da fazenda pública, autuará e formará o processo, se responsabilizando também pelos atos administrativos necessários. A demanda desses processos é atendida atualmente pela Assessoria Jurídica da Presidência do TJMA.

A medida faz parte da nova política de gestão de precatórios do Judiciário nacional, que está re-

estruturando e profissionalizando o setor, com vistas à uniformização de procedimentos, em parceria com os Tribunais de Justiça.

O juiz José Nilo Ribeiro foi designado pela presidente Guerreiro Júnior para coordenar a condução dos processos de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV). "Estamos à procura de uma sala adequada para instalar os trabalhos da coordenadoria, que deverá funcionar como uma secretaria judicial, recebendo os precatórios e atendendo as partes", informa o juiz.

CARGOS - O pleno do Tribunal já aprovou, em sessão administrativa extraordinária, anteprojeto de lei complementar que cria os cargos no quadro de pessoal destinados à Coordenadoria de Precatórios. O anteprojeto será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para

apreciação naquele parlamento.

Serão criados seis cargos - um comissionado (coordenador) e cinco funções gratificadas - reservados para servidores efetivos do Tribunal, conforme a Recomendação nº 39/2012 do CNJ.

LEVANTAMENTO - Nilo Ribeiro informou ainda que o Tribunal vai realizar, em breve, um levantamento geral da situação dos processos de precatórios pendentes de pagamento pelos municípios, para fins de quitação das dívidas. Os processos estão cadastrados no sistema de acompanhamento processual da Justiça de 2º grau do TJ (Themis SG), mas falta ainda o levantamento sobre o pagamento de cada um deles.

"Não é necessário procurar intermediários para facilitar o recebimento dos valores, pois a lista de pagamento obedece à ordem cronológica

de entrada da requisição no Tribunal de Justiça e também atende às prioridades previstas em lei. Essa ordem não pode ser alterada", alerta o juiz.

Em abril deste ano, por orientação do presidente Guerreiro Júnior, o Tribunal convocou as partes vencedoras em processos de precatórios e RPVs de 2011, pendentes de pagamento pelo Estado e pelo município de São Luís. A lista dos credores foi publicada no portal do Poder Judiciário (www.tjma.jus.br), onde se encontra à disposição dos interessados.

A Corregedoria Nacional da Justiça do CNJ - que conduz o trabalho de racionalização da sistemática de formação, acompanhamento e pagamento de precatórios - publicou a Resolução Nº 115/2010, para orientar as cortes estaduais na organização interna do setor, de modo a tornar o trabalho mais eficiente, regular e produtivo.

NACIONAL

Calmon diz que segurança de juízes é deficiente

Para Eliana Calmon, o mais importante para garantir a segurança dos juízes é o serviço de inteligência. "Todos os atentados que aconteceram com magistrados, o serviço de inteligência acusou. (No caso da) A Patrícia Acioli, desde 2009 a inteligência da Polícia Federal já avisava que ela estava jurada de morte, que ia ser morta pelas milícias. (Página 02)

OMISSÃO

Calmon diz que segurança de juízes é deficiente

André Dusek/AE

A corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, afirmou nesta quarta-feira, 5, que é "sabida" e "velha" e que já esperava a decisão tomada na véspera pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de adiar o julgamento de um pedido para apurar a suposta omissão do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio Luiz Zveiter em conceder escolta à juíza Patrícia Acioli, assassinada no ano passado.

"Eu tenho 34 anos de magistratura e eu sou sabida. Sou sabida porque sou velha, não porque nasci sabida", disse Eliana Calmon, que tem 67 anos e está deixando nesta quarta o cargo de corregedora e será substituída por Francisco Falcão. "Eu sei o que é um processo contra uma pessoa que tem importância social. O Brasil ainda é um País em que a importância social, a importância econômica, as elites políticas e as elites econômicas ainda têm um grande peso", disse a ministra durante entrevista coletiva à imprensa.

Na véspera, a corregedora havia proposto ao CNJ que julgasse um pedido de providências feito pela família de Patrícia Acioli com o objetivo de apurar a suposta omissão de Zveiter no caso. No entanto, a decisão foi adiada a pedido do advogado do desembargador, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos.

Segundo a ministra, a segurança fornecida pelos tribunais brasileiros aos juízes é deficiente, diferentemente do que ocorre com desembargadores. "Eu acho que é muita segurança para os desembargadores. E os juízes ficam à deriva", comentou.

Ela contou ter descoberto que em alguns tribunais policiais militares tinham sido desviados da função de segurança para "dirigir carro para desembargador e até para familiares". Conforme ela, existiam relatos de policiais que faziam segurança de filhos de desembargadores que iam a jogos de futebol e shows.

Para Eliana Calmon, o mais importante para garantir a segurança dos juízes é o serviço de inteligência. "Todos os atentados que aconteceram com magistrados, o serviço de inteligência acusou. (No caso da) A Patrícia Acioli, desde 2009 a inteligência da Polícia Federal já avisava que ela estava jurada de morte, que ia ser morta pelas milícias. Não acreditaram", disse.

A corregedora afirmou que a falta de apoio do tribunal é muito significativa para o crime organizado. "O crime organizado não vai contra o juiz que tem o apoio total da cúpula do Poder Judiciário", disse.

Eliana Calmon também comentou o que ela chamou de "avalanche" de pedidos

de vista feitos ontem por conselheiros do CNJ em processos nos quais ela propunha investigações contra magistrados suspeitos de movimentar quantias muito superiores aos rendimentos.

"Eu não digo que foi frustrante porque foi uma tentativa que eu fiz. Eu não tinha dúvida de que no Brasil mexer com patrimônio ainda é muito sério", afirmou. "Como o País ainda é muito ligado ao patrimonialismo, quando a gente mexe nisso, a gente parece que desestabiliza um pouco o bom senso e o bom humor das pessoas. As pessoas ficam impactadas", concluiu.

A ministra Eliana Calmon, cujo mandato no CNJ termina nesta quinta-feira, 6, assumiu o cargo de corregedora nacional em setembro de 2010. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Falcão a substituirá no comando do CNJ, ocupando o cargo pelos próximos dois anos.



Ministra Eliana Calmon deixa cargo no CNJ nesta quarta

Guerreiro Júnior anuncia instalação de mais seis varas em SL

Página 6

Melhorar os serviços do judiciário

Guerreiro Júnior anuncia instalação de mais seis varas em São Luís



Guerreiro Júnior diz que a medida visa colocar a sociedade mais perto da Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, anunciou que o Judiciário estadual instalará, até o final deste ano, mais seis varas na comarca de São Luís. "O objetivo é melhorar os serviços judiciários, colocar a sociedade mais perto da Justiça

e oferecer aos juízes estrutura adequada para o desempenho de funções", disse o presidente.

O comunicado foi feito aos demais desembargadores da Corte na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (5), mesmo dia em que o Diário de Justiça publicou portaria

autorizando a expedição de editais para inscrição de juizes para outras oito varas e um juizado na capital. Das nove unidades constantes do documento, uma já existe e oito serão implantadas, totalizando, junto com as seis anunciadas, 14 novas unidades.

Guerreiro Júnior disse que o entendimento foi feito em comum acordo com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, depois de avaliarem a disponibilidade financeira no orçamento do Judiciário para a instalação de mais seis varas na capital ainda em 2012.

A intenção de implantar as novas unidades judiciais havia sido anunciada pelo presidente do TJMA no dia 30 de julho, durante visita às novas instalações do Fórum Desembargador Samey Costa.

Por meio da portaria nº 951/2012, publicada no Diário de Justiça do Estado desta quarta-feira, o presidente do TJMA determinou a expedição de editais de inscrição para remoção de magistrados que irão preencher vagas em nove unidades. De todas, apenas a 4ª Vara do Tribunal do Júri já foi instalada e está vaga em decorrência do acesso do juiz Raimundo Barros ao cargo de desembargador, no qual já tomou posse.

As outras oito unidades da capital e seus respectivos cargos haviam sido criados pelas leis complementares nº. 87/2005 e nº. 104/2006. São elas a 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª varas cíveis da capital, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e o 14º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís.

Decisão do TRE de liberar ficha suja é criticada

A decisão polêmica envolvendo o candidato Beto Rocha (PMN), barrado pela 1ª instância da Justiça Eleitoral, mas que teve a candidatura liberada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão para disputar as eleições para prefeito de Bom Jardim (MA) em outubro deste ano, não é um caso isolado no interior do estado. No município de Cedral, localizado na região do Litoral Ocidental Maranhense, distante a 193 km de São Luís, o candidato a prefeito Fernando Cuba (PMDB), de acordo com a interpretação da Lei da Ficha Limpa deveria estar inelegível até 2014. Porém recebeu benefício contrário à Lei no TRE-MA. **Página 2**

Decisão do TRE de liberar ficha suja é criticada

A decisão polêmica envolvendo o candidato Beto Rocha (PMN), barrado pela 1ª instância da Justiça Eleitoral, mas que teve a candidatura liberada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão para disputar as eleições para prefeito de Bom Jardim (MA) em outubro deste ano, não é um caso isolado no interior do estado.

No município de Cedral, localizado na região do Litoral Ocidental Maranhense, distante a 193 km de São Luís, o candidato a prefeito Fernando Cuba (PMDB), de acordo com a interpretação da Lei da Ficha Limpa deveria estar inelegível até 2014. Porém recebeu benefício contrário à Lei no TRE-MA.

Apadrinhado do ministro Gastão Vieira, Fernando Cuba teve três contas reprovadas e foi condenado pelo TCE a devolver mais de um milhão de reais aos cofres da Prefeitura de Cedral.

Em 2008, Cuba tentou disputar a eleição, mas teve a candidatura indeferida com base na Lei Complementar n.º 64/1990. Na época, o Ministério Público Eleitoral, prontamente entrou com ação de impugnação e fez o seu papel com responsabilidade e o peemedebista foi indeferido.

Com a nova Lei da Ficha Limpa, era para pelo menos para manter o mesmo entendimento, mas neste ano, no entanto, o MPE em Guimarães, sequer moveu ação de impugnação. É o que relata o presidente do PT de Cedral, Sidinho Braga, que lamentou o fato de políticos "fichas sujas" estarem ganhando na Justiça o direito de concorrer



rem nesta eleição. "Nós esperávamos pela manifestação do MPE e para nossa surpresa, nem se manifestou, fato que causou muita estranheza para nós que fazemos política no município", desabafa o petista.

Sidinho mostra parte do texto da Sentença com a decisão que indeferiu o registro de Fernando Cuba pela 1ª instância da Justiça Eleitoral de Guimarães:

a) Processo n.º 3042/1995, exercício 1994, julgado definitivamente pelo TCE/MA através do Acórdão PL-TCE n.º 298/2002, publicado em 01 de outubro de 2002. Não consta certidão de trânsito em julgado nos autos.

b) Processo n.º 2911/1996, exercício 1995, julgado definitivamente pelo TCE/MA através do Acórdão PL-TCE n.º 80/2006, com certidão de trânsito em julgado em 12/05/2006.

c) Processo n.º 10469/2002, exercício 1996, julgado definitivamente pelo TCE/MA através do Acórdão PL-TCE n.º 366/2005, com certidão de trânsito em julgado em 06/07/2005.

No tocante aos processos n.º 2911/1996 e 10469/2002, referentes aos exercícios 1995 e 1996, estes

alcançaram o trânsito em julgado há menos de oito anos, e se encontram com eficácia plena visto que não pende sobre qualquer deles manifestação judicial de suspensão ou anulação.

CONVÉM RESSALTAR QUE A IMPUTAÇÃO DE DÉBITO A GESTOR SIGNIFICA A SUA RESPONSABILIZAÇÃO PELA CONSTATAÇÃO INEQUÍVOCA DE DANO AO ERÁRIO PÚBLICO.

Ao apreciar a prestação de contas o pleno do TCE/MA reconheceu, a unanimidade, a ocorrência de irregularidades insanáveis, que geraram prejuízo ao erário municipal no valor de R\$1.235.941,10 (um milhão duzentos e trinta e cinco mil novecentos e quarenta e um reais e dez centavos), de responsabilidade de FERNANDO GABRIEL AMORIM CUBA, e o condenou em ressarcir ao erário.

Verifico que a irregularidade relacionada pelo TCE/MA na prestação de contas referente ao exercício 1995 importam em práticas dolosas de improbidade administrativa tipificadas nos artigos 10, incisos X, e 11, inciso I, da lei n.º 8.429/92, incidindo sobre o impugna-

do FERNANDO GABRIEL AMORIM CUBA a causa de inelegibilidade prevista na alínea 'g' do inciso I, artigo 1.º, da Lei Complementar n.º 64/1990.

Na fundamentação de mais de 17 páginas, o juiz Paulo de Assis Ribeiro, da 30ª Zona Eleitoral de Guimarães, com maestria esmiuçou a lei para não restar dúvidas sobre a inelegibilidade do impugnado Fernando Cuba, porém, a Corte do TRE-MA que julgou o recurso, conseguiu encontrar uma forma de deferir a tal candidatura, diz Sidinho Braga, indignado com tal decisão.

Ao analisar o caso de Beto Rocha (PMN), candidato a prefeito de Bom Jardim (MA), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski diz que o TRE "sufragou a tese de que a Lei da Ficha Limpa não se aplica a fatos pretéritos". "O TRE do Maranhão afrontou a autoridade da decisão do Supremo", afirmou Lewandowski. Com a decisão, a situação do registro de candidatura de Rocha constará como indeferido no sistema da Justiça Eleitoral.

Assim como em Bom Jardim, a situação de Fernando Cuba, em Cedral, que teve o pedido de impugnação apresentado pelo candidato a prefeito Jardson Passinho, também deverá ser analisada em Brasília, já que sua candidatura mesmo liberada pelo TRE-MA será julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que é a mais alta instância do Poder Judiciário do Brasil, e que tem papel institucional fundamental de servir como guardião da Constituição Federal.

Guerreiro Júnior anuncia instalação de mais seis varas na capital

O presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, anunciou que o Judiciário estadual instalará, até o final deste ano, mais seis varas na comarca de São Luís. “O objetivo é melhorar os serviços judiciais, colocar a sociedade mais perto da Justiça e oferecer aos juízes estrutura adequada para o desempenho de funções”, disse o presidente. **PÁGINA 2**

Guerreiro Júnior anuncia instalação de mais seis varas em São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, anunciou que o Judiciário estadual instalará, até o final deste ano, mais seis varas na comarca de São Luís. “O objetivo é melhorar os serviços judiciários, colocar a sociedade mais perto da Justiça e oferecer aos juízes estrutura adequada para o desempenho de funções”, disse o presidente. O comunicado foi feito aos demais desembargadores da Corte na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (5), mesmo dia em que o Diário de Justiça publicou portaria autorizando a expedição de editais para inscrição de juízes para outras oito varas e um juizado na capital. Das nove unidades constantes do documento, uma já existe e oito serão implantadas, totalizando, junto com as seis anunciadas, 14 novas unidades.

Guerreiro Júnior disse que o entendimento foi feito em co-

mun acordo com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, depois de avaliarem a disponibilidade financeira no orçamento do Judiciário para a instalação de mais seis varas na capital ainda em 2012.

A intenção de implantar as novas unidades judiciais havia sido anunciada pelo presidente do TJMA no dia 30 de julho, durante visita às novas instalações do Fórum Desembargador Sarney Costa. Por meio da portaria nº 951/2012, publicada no Diário de Justiça do Estado desta quarta-feira, o presidente do TJMA determinou a expedição de editais de inscrição para remoção de magistrados que irão preencher vagas em nove unidades. De todas, apenas a 4ª Vara do Tribunal do Júri já foi instalada e está vaga em decorrência do acesso do juiz Raimundo Barros ao cargo de desembargador, no qual já tomou posse.

❖❖ Os juízes Roberto Abreu Soares, Wilson Manoel de Freitas Filho, José dos Santos Costa, Raimundo Ferreira Neto e Talvick Afonso Atta de Freitas foram sorteados, na sessão plenária de ontem para compor quorum no Plenário, câmaras reunidas e isoladas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

❖❖ **A medida atende ao que estabelece o artigo 77 do Regimento Interno do TJMA, que prevê a convocação de juízes de Direito por sorteio, no Plenário, em sessão administrativa ou judicial, quando por impedimento ou suspeição de desembargador, não for possível atingir quorum para julgamento no Plenário e câmaras. Os cinco magistrados sorteados atuam na comarca de São Luís.**

Reunião Plenária do TJ realiza remoção e promoção de juízes

O Tribunal de Justiça, em reunião plenária desta quarta-feira (5), realizou a promoção e a remoção de juízes. Os critérios utilizados para promover ou remover os magistrados foram antiguidade e merecimento e as comarcas que vão receber os escolhidos são 1ª Vara de Pedreiras, Juizado especial Cível e Criminal de Bacabal, 1ª Vara de Barra do Corda, 3ª Vara de Família de Imperatriz, e Matões.

Na primeira votação da sessão, o juiz Marcelo Moreira, que estava em Barreirinhas, foi promovido à Entrância Intermediária e deverá assumir o Juizado Especial Cível e Criminal de Bacabal.

O critério utilizado foi merecimento. Já o juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, que estava titular em Bacuri, vai para a 1ª Vara de Pedreiras, pelo critério

de antiguidade. Para a 1ª Vara de Barra do Corda, o juiz escolhido foi Antônio Elias de Queiroga Filho, que era titular em Pio XII, pelo critério de merecimento.

Para a 3ª Vara de Família de Imperatriz foi promovido o juiz Marcelo Testa Baldochi, que atuava em Senador La Roque. O critério era antiguidade. Já para a comarca de Matões, houve a remoção do juiz Denys Carneiro Rocha dos Santos, que era titular em São Francisco do Maranhão. O critério também foi antiguidade.

Entre os critérios utilizados no processo de escolha dos magistrados inscritos, os desembargadores analisaram dados sobre audiências de 2ª a 6ª feira, comprovação de realização de júris nos últimos seis meses, e carga horária em cursos de aperfeiçoamento.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
Av. Duque de Caxias, 500 - Capão
CEP: 65.079-520 São Luís - MA
☎ (98) 2105-5657

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

Reg. Distribuição : 154512000
Denominação : Ação Monitória
Parte(s) Autora(s) : PALMARES CONSTRUCOES LTDA
Parte(s) Ré (s) : CONSTRUTORA SERRA AZUL LTDA

Citando(a): CONSTRUTORA SERRA AZUL LTDA, com endereço incerto e não sabido.

FINALIDADE: Citação da pessoa jurídica acima nomeada, na pessoa de seu representante legal, para no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a quantia cobrada na inicial, mais acréscimos legais, ou ofertar embargos, ciente de que assim não procedendo, constituir-se-á título executivo judicial convertendo-se este em mandado executivo, prossequindo a demanda na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X do CPC.

São Luís, 4 de Dezembro de 2009.

DR SEBASTIÃO JOAQUIM LIMA BONFIM
Juiz de Direito Auxiliar respondendo pela 9ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SÃO LUÍS
JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo: 30 (trinta) dias

- Art. 232, IV, CPC -

DR. JOÃO FRANCISCO GONÇALVES ROCHA, JUIZ DE DIREITO EM EXERCÍCIO NA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

Ação Coletiva – Proc. n.º 17269/2012

Autor: Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos Automotores do Maranhão – SINCODIV/MA

Réus: Volkswagen do Brasil – Indústria de Veículos Automotores Ltda., EUROMAR – Automóveis e Peças Ltda. e Alessandro Martins de Oliveira

FINALIDADE: Citação de EUROMAR – Automóveis e Peças Ltda., para, no prazo de quinze (15) dias, contestar a presente ação, sob pena de revelia, ficando advertido que caso não seja apresentada a defesa, serão reputados como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial.

OBJETO DA AÇÃO: O pagamento de indenização por perdas e danos aos filiados do autor, em montante correspondente ao lucro líquido auferido pelos demandados na comercialização de veículos via operação de "faturamento direto", a ser apurado em fase de liquidação de sentença, acrescido de correção monetária e juros.

ADVERTÊNCIA: O presente edital será publicado uma vez no órgão oficial e pelo menos duas vezes em jornal local.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Des. Sarney Costa, situado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/n.º - Calhau, fone: (98) 3194-5488.

Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto do ano dois mil e doze (2012). Eu, _____ (Belª Thays Maciel de Melo), Secretária Judicial, o digitei e subscrevi.


Dr. João Francisco Gonçalves Rocha
Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Trabalhadores rurais paralisam a BR-316 para reclamar de despejo

Desde as 8 horas da manhã de ontem (5), cerca de 300 moradores do povoado Buriti Corrente, que fica localizado entre as cidades de Codó e Caxias, paralisam a BR-316 em protesto a ação de despejo de 77 famílias que moram na localidade.

A via ficou totalmente obstruída. De acordo com lideranças comunitárias, uma guarnição da Polícia Militar que esteve no local teria sido bastante truculenta com as famílias. Foi informado que houve diversas ameaças para coagir os trabalhadores e trabalhadoras rurais que reivin-

dicam a suspensão do despejo e o ingresso, pelo Incra, da Ação de Desapropriação contra a empresa Costa Pinto Industrial, Pecuária e Agrícola S/A.

“O prazo para o ajuizamento da ação finda em 22 de setembro de 2012, por isso a Fetaema acompanha a mobilização dos trabalhadores”, reforçou a secretária de Política Agrária da Fetaema, Maria Lúcia, que esteve no local.

Na terça-feira (4), a secretária de Política Agrária da Fetaema, Maria Lúcia; o bispo de Coroatá, Dom Sebastião Bandeira; e a coordenadora estadual da CPT,

Antônia Calixto, em reunião, declararam apoio às famílias camponesas. “O despejo contra as famílias de Buriti Corrente é um atentado aos direitos humanos”, destacou a secretária de Política Agrária da Fetaema.

Próxima reunião – Os representantes da Fetaema, CPT e o bispo de Coroatá, serão recebidos na próxima segunda-feira (10), pelo corregedor geral de Justiça, desembargador Cleones Cunha, para tratar da situação das famílias. Os manifestantes lembram que o fato já foi notificado para a Ouvidoria Agrária Nacional e Anistia Internacional.